Produção e comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro: entraves e potencialidades para a agricultura familiar.

Rogério Seabra – Doutorando em Geografia – PPGG - UERJ
rogerioseabra@gmail.com

Resumo:

A atual dinâmica da comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro passa por transformações na esfera produtiva, comercial e de consumo. O antigo objeto instalado pelo Estado, o sistema CEASA torna-se obsoleto diante do quadro de transformações constantes, aceleradas e, principalmente, que exigem flexibilidade. As grandes redes de supermercados estabelecem práticas comerciais e espaciais capazes de atingir a flexibilidade imposta pela reestruturação transescalar da economia mundial. Tais transformações implicam na configuração da produção e da comercialização para a pequena produção familiar fluminense.

Compreendemos a comercialização diante de um quadro geral de mudanças com impactos singulares em diversas escalas, isto é, a expansão de grandes redes de supermercados ocorre pela sua eficiência no atual modelo informacional e reticular, reestruturando as relações espaciais e comerciais em vários pontos da rede, produtores, comerciantes e consumidores.

Palavras-chave: Estado do Rio de Janeiro; produção familiar; logística; redes geográficas.

Introdução

O modo de produção capitalista assume várias possibilidades, diversos comportamentos, isto é, uma amplitude de características impossíveis de serem trabalhadas em todas as escalas geográficas. Entretanto, algumas perspectivas inatas ao modo de produção capitalista indicam particularidades comuns dentro da vastidão de perspectivas do capital. O aspecto do capital de estar "em movimento", ou seja, em constante processo de renovação, indica uma característica fundamental do modo de produção capitalista.

Compreender o capitalismo como algo além de um modo de produção faz-se fundamental, haja vista as implicações na configuração espacial, do capitalismo como modelo socioambiental, ou seja, o perfil de transformação constante do capital impacta no arranjo espacial; o espaço construído a partir de necessidades sociais dos atores hegemônicos (Raffestin, 1993), segue o ímpeto "revolucionário" do modo de produção, cuja mudança

engendra transformações na configuração espacial e, simultaneamente, na relação sociedade e natureza.

O modelo atual de produção agropecuária, pautado na tecnificação e aceleração, inaugurado pela "Revolução Verde", está constantemente mudando, em transformação, incorporando técnicas, máquinas e agroquímicos. Este texto busca analisar a opção no rural brasileiro pelo agronegócio (com seus devidos impactos para a produção familiar fluminense) em detrimento da produção familiar, principal responsável pela produção de alimentos, geração de empregos no campo e capaz de (re)estabelecer uma lógica social, econômica e política.

Desenvolvimento

A modernização – conservadora – da agricultura no Brasil fomentou o crescimento da grande produção, basicamente monocultura para exportação, tornando o Brasil um dos maiores produtores mundiais de vários gêneros agrícolas e o maior mercado para agrotóxicos do planeta. Concordando com Galvão (1995) o espaço agrário é transformado por inovações técnicas (carregadas pelo devido conteúdo político econômico e social) e, ao mesmo tempo, conserva características de formas passadas indicando uma mixórdia de realidades, muitas vezes conflitantes. A pequena produção, marginalizada dos grandes investimentos, permanece produzindo e, com grandes dificuldades, comercializando, ou seja, as estratégias de reprodução social da pequena produção familiar devem passar por mecanismos que envolvam técnicas produtivas e acesso aos mercadores consumidores, entendendo que o acesso ao mercado representa relações que incorporam, além do caráter logístico, um exercício de poder (Naves, 2008).

A entrada de grandes cadeias varejistas no Brasil e, consequentemente, o impacto nas estratégias de comercialização da pequena produção reflete mais um capítulo do quadro da subordinação da agricultura às racionalidades externas, impostas pela lógica modernizante (Santos 2004). A definição sobre a produção, ou seja, o que, como e quando produzir depende de estratégias mercantis definidas fora do espaço rural. A relação entre globalização e agricultura é trabalhada por Elias (2002) através dos impactos da entrada das multinacionais, "agentes mais poderosos neste processo" (p.27) e a submissão da produção agropecuária aos anseios de um mercado direcionado pelos agentes hegemônicos, qualificando o produtor rural

como “empregado” em sua própria terra. Determinações exógenas aos produtores rurais são cada vez mais distantes e componentes de um ambiente competitivo ao extremo. A lógica de modernização da agricultura está de acordo com a lógica geral de modernização capitalista, concentradora, seletiva, em nome da especialização, eficiência, produtividade e do lucro. As transformações em curso, na comercialização, atuam sobre os mesmos preceitos, mudando a lógica anterior de produção e comercialização da pequena produção. Estar inserido em lógicas hegemônicas é um desafio constante para a pequena produção no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.

Pizzolatti (1996) associa a modernidade imposta ao pequeno produtor ao processo de subordinação vivido por pequenos produtores. No caso da comercialização, a racionalidade da logística dos supermercados estabelece a subordinação aos produtores em virtude do tempo e da qualidade, por vezes representada por uma embalagem distante da realidade de custo do pequeno produtor. A moderna gestão da cadeia de suprimentos pouco representa para a maioria dos pequenos produtores fluminenses, em geral integrados ao canal de comercialização do CEASA-RJ.

O grande capital representado pelas grandes cadeias de supermercado, por exemplo, através da subordinação do produtor integrado, e dos deslocados, repassa possíveis custos com perdas na produção, na própria modernização da produção e nos impactos ambientais. A sujeição formal do trabalhador ao capital (Hespanhol 2000) ocorre na comercialização por meio de contratos fechados entre fornecedores (produtores) e as grandes cadeias de supermercados. Entretanto, convém ressaltar que esta modalidade formal é bastante restrita para produtores descapitalizados no estado do Rio de Janeiro.

Com o trabalho de Ianni (1996) é possível visualizarmos dois processos distintos, em curso, simultaneamente, cuja origem é a relação entre a produção familiar e a globalização como padrão competitivo. Segundo o autor, o grande capital impõe regras para a produção e para a produção e explorando a pequena produção pelo circuito de comercialização. A pequena produção pode ser analisada como um modelo de subcontratação, terceirização ou flexibilização, contrariando uma possível ideia “de linha de montagem” típica da rigidez do fordismo. A modernização reinventa o campo, suas relações, sua configuração, enfim, cria um espaço de acordo com sua imagem e semelhança no qual a agricultura familiar está inserida, sofrendo implicações desta transformação. Santos (2004 p.89) resume esta argumentação ao

afirmar que “a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba”.

As forças modernizantes atuam na relação entre a pequena produção e a comercialização, sempre, desiguais. Impõem uma instabilidade ao modelo de comercialização, sempre em busca de flexibilidade.

O conhecimento técnico, como softwares, veículos, agroquímicos embalagens, roteirização etc, eleva a capacidade de flexibilizar e circular mercadorias e informações pelo espaço, fluído, para os agentes hegemônicos. Compreender o diferencial da logística, no caso da comercialização e a relação com a pequena produção, é tarefa fundamental para verificarmos a potencialidade da agricultura familiar como modelo alternativo e possível em comparação ao grande produtor no Brasil.

Continuando a análise da comercialização, os artefatos logísticos, em geral elementos técnicos e organizacionais, são fundamentais na análise da marginalização da produção familiar. Dois programas de computadores servem de exemplo na logística das grandes redes de comercialização; como elemento de otimização de fluxos informacionais ao longo da cadeia de suprimentos. O sistema de código de barras faz parte de um sistema complexo - ECR “Efficient Consumer Response” – no qual os sistemas de informática e código de barra servem de subsídio para a atuação otimizada dos supermercados. O sistema ECR (resposta eficiente ao consumidor) é uma articulação entre caixas, estoque e fornecedores. De acordo com as vendas diárias de uma filial, são criados bancos de dados mostrando as preferências dos consumidores daquela filial em determinados dias. Os dados são enviados automaticamente para a administração da plataforma de distribuição responsável por criar um abastecimento de acordo com as necessidades daquela filial. Em seguida, da plataforma seguem para os fornecedores, gerando calendários de abastecimento para todas as filiais da rede. A reposição do estoque é imediata, desta maneira, os produtos são entregues de acordo com as demandas requeridas, determinando uma velocidade rápida entre reposição e venda, fundamental para o funcionamento das redes de supermercados.

Outro software de grande importância na redução de custos logísticos é a plataforma operacional EDI (“Eletronic Data Interchange”) – Troca eletrônica de dados – instrumento para trocas, entre organizações, de arquivos codificados fundamental para transações

comerciais do tipo B2B e B2C, "business to business e business to consumer", respectivamente.

Ainda sobre a participação da informática, está em curso mais uma mudança. Um intercâmbio de pesquisa entre WAL-MART (no Brasil desde 1994) e empresas de informática (Oracle e Microsoft) visa à substituição do sistema de código de barras por outro, via rádio, capaz de contabilizar todos os produtos sem retirá-los do carro de compras, agilizando o processo de vendas, estocagem e distribuição, para supermercados, fornecedores e consumidores. Trata-se da etiqueta digital RFID – "Radio Frequency Identification". Este sistema utiliza um microchip instalado no produto ou no "pallet", conectado e alimentado remotamente. A diferença da etiqueta digital para o código de barras e a leitura remota do produto, ou seja, um consumidor realiza uma compra, passa por um portal e simultaneamente, todos os produtos são relacionados e o valor da compra debitado em um cartão de crédito previamente cadastrado ou qualquer cartão equipado com RFID. No caso da estocagem, Barbosa (2005) esclarece as vantagens da etiqueta digital. Segundo o autor,

> (...)para determinar a quantidade de produtos em uma central de distribuição, o código de barras exige que a leitura seja feita, item a item. A leitura feita por scanners de RFID lê todo o conjunto de uma única vez, o que por si só, já é um ganho substancial em termos de tempo e custo (p.75).

O ano de 2005 marcou a exigência da etiqueta digital pelo Wal-Mart, de todos os fornecedores, isto é, qualquer fornecedor do Wal-Mart deveria instalar sistema de RFID em seus produtos para otimizar o trabalho em todos os centros de distribuição da empresa varejista. Este aspecto retoma a discussão sobre a produção familiar na agricultura, qual agricultor terá a capacidade de, sozinho, fornecer produtos em pallets, etiquetados com RFID? O canal de comercialização das centrais de abastecimento do Rio de Janeiro é capaz de acompanhar esse modelo de inovações?. Estes pontos ratificam o caráter seletivo das inovações, da globalização ou da modernidade, ou seja, os fluxos, dotados da fluidez noticiada pelo período da acumulação flexível é elemento de diferenciação espacial, pois não atua no mesmo instante para os agentes envolvidos na comercialização, sendo, concomitantemente formas de integração e marginalização, de acordo com as necessidades do agente hegemônico.

Harvey (2004) trabalha a modernidade como um processo marcado por inúmeras quebras e estilhaços, inatas e características do processo. A ideia de autodestruição inovadora

participa desses momentos de quebra da ação modernizante como um ímpeto revolucionário do modo de produção capitalista, capaz de reconstruir mercados e desejos sempre em busca da recuperação, ou ampliação de taxas lucros. A autodestruição inovadora de Berman (1999) ou a destruição criativa de Harvey apontam para uma base teórica do desenvolvimento do capitalismo através de constantes (re)significações de mercados, organizações, economia, política e espaço. Neste sentido, os novos significados, dinamizam a economia, reconstroem espaços e mantêm as devidas demandas de consumo conservando a lucratividade essencial para o espiral capitalista.

A força dos agentes externos ao local é essencial na análise da difusão de inovações, entretanto o local não pode ser compreendido com um receptáculo de normas, ou uma folha em branco para ser preenchida. Segundo Santos,

> A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os modos de sua própria racionalidade (...) A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade (2002; 338-339).

Os fluxos, principalmente seu controle, são fundamentais na atual organização do espaço, sendo o espaço de fluxos (Castells 2003), uma configuração específica de controle sobre as relações sociais e comerciais por parte dos agentes hegemônicos. Todavia "o espaço dos fluxos não é a única lógica espacial de nossa sociedade, é, contudo a dominante" (Castells, 2003; 504). Compreendemos a citação acima como argumento capaz sustentar os objetivos desse trabalho, ou seja, potencializar a produção familiar fluminense investigando os atuais entraves e ressaltando as potencialidades.

Trata-se então de uma construção espacial diferente, submetendo a atual lógica das grandes empresas. Segundo Canclini (2001), a demanda social, principalmente dos segmentos sociais mais necessitados, deve ser de responsabilidade do Estado; sobre isto o autor afirma que

> O desafio é, principalmente, revitalizar o Estado como representante do interesse público, como árbitro ou assegurador das necessidades coletivas de informação, recreação e inovação, garantindo que estas não sejam sempre subordinadas à rentabilidade comercial (2003; 278).

. O Estado deveria reconhecer a escala local em sua interação com o ambiente global, e todos os impactos derivados da seletividade das relações impostas ao local, e financiar possibilidades de respostas com maior grau de autonomia ao local, pelo menos uma inserção central (como contrário da marginalidade de muitos agentes após a modernização da comercialização agrícola) para pequenos produtores e varejistas de menor porte.

Este aspecto nos permite concordar com Johnson e Lundvall (2005) quando os autores ratificam a importância do conhecimento no período atual de desenvolvimento do capitalismo, indicando possibilidades de transformar o Estado em um agente de fomento de capacidades para atores locais, marginalizados na interação global/local, invertendo a dinâmica atual de privatização de interesses públicos, através de um sistema nacional de inovações, capaz de incorporar a pequena produção descapitalizada e varejistas de pequeno porte em uma rede colaborativa, nos moldes propostos por Santos (2005), quando este afirma que a

> A ordem local funda a escala do cotidiano, seus parâmetros são a co-presença, à vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade (...) a ordem global é desterritorializada, no sentido de se separar o centro da ação da sede da ação (p.170)

A citação acima expõe o desafio de transformar conhecimento importado em real possibilidade de integração “nos locais”. Humbert (2005) afirma que é fundamental a criação de um mecanismo de aprendizado no local; na verdade, possibilidades de ajuste na percepção de tempo/espaço durante a integração, por exemplo de empresas transnacionais e agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro.

Uma perspectiva prática, concordando com Arocena e Sutz (2005), seria estudar uma forma de aumentar as interações espaciais na rede, fornecedores, CEASA-RJ e pequenos varejistas (como feirantes, sacolões etc), através da mediação do fomento estadual na logística

desse canal de comercialização, potencializando soluções inerentes à realidade dos agentes envolvidos. Held e McGrew (2001) corroboram este argumento; segundo os autores,

> Tentativas multilaterais de abordar as desigualdades globais estão fadadas ao fracasso, visto que os fracos não têm condições (peso político) para mudar o jogo. É somente dentro do estado nação que é possível materializar soluções legítimas e eficientes para a desigualdade global (p.77).

O Estado como provedor de capacidades e possibilidades deveria atuar no sentido oposto das ações verticais dos agentes hegemônicos, promovendo mecanismos de integração horizontal de ampliação de laços de solidariedade, Santos (2002) crê na integração horizontal como propulsão para o crescimento do interesse coletivo, ou seja, como uma perspectiva de fortalecimento do local perante a atuação de verticalidades.

Isto posto, apesar de obsoleto em comparação com os setores hegemônicos da comercialização, não podemos pregar o fim do sistema da pequena produção, mas pensar em formas de sua inserção no espaço dos fluxos de maneira hegemônica. É elementar pensarmos nos espaços de produção e consumo do estado do Rio de Janeiro cujo apoio estatal significaria melhorias na qualidade de vida. Outro objetivo deste trabalho é apresentar formas de viabilizar tais transformações partindo de políticas públicas do estado do Rio de Janeiro.

Novas questões

A logística, em sua expressão espacial, através de práticas, cujo resultado aparece na maior flexibilidade e fluidez, conduz um grupo de atores ao posicionamento hegemônico na rede de comercialização agrícola do estado do Rio de Janeiro. Os supermercados, contextualizados pela modernização e expansão do modo de produção capitalista, empregam a logística como diferencial competitivo, configurando plataformas de distribuição, fidelidade de fornecedores, transportes mais rápidos e eficientes etc, inovações em geral, hegemonizando estratégias de outros agentes da rede de comercialização fluminense como o sistema CEASA-RJ, integrante subordinado à rede de comercialização dos supermercados. Resta às centrais de abastecimento do Rio de Janeiro fornecer uma possibilidade de comercialização para produtores e comerciantes marginalizados do canal de comercialização montado pelas grandes empresas varejistas.

Santos (2002) verifica o impacto espacial das inovações. A força dos agentes externos ao local é essencial na análise da difusão de inovações, entretanto o local não pode ser

compreendido com um receptáculo de normas, ou uma folha em branco para ser preenchida. Segundo Santos,

> A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os modos de sua própria racionalidade (...) A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade (2002; 338-339).

Nenhum objeto instalado no estado do Rio de Janeiro, para dar a fluidez necessária à comercialização agrícola, está desligado da realidade pré-existente, na verdade, concordando novamente com Santos (2002), o arranjo espacial atual é resultado da soma das fases de acumulação capitalista. O sistema CEASA-RJ, agente hegemônico da comercialização pretérito, contribui para a construção do período atual, ou seja, o desenho da comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro é uma soma de diversos momentos, destacando-se um do CEASA-RJ, e outro das grandes redes varejistas, atribuindo ao Estado uma combinação peculiar, resultado das respostas dos diversos grupos envolvidos nas transformações em curso na comercialização do estado.

Neste sentido, associamos Castells (2003) com as idéias de Santos, questionando uma "nova" organização espacial, baseada em redes e em fluxos. Segundo este autor é fundamental a análise dos diversos fluxos no período hodierno, compreendendo por fluxos

> As sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica. (Castells, 2003; 501).

Os fluxos, principalmente seu controle, são fundamentais na atual organização do espaço, sendo o espaço de fluxos (Castells 2003), uma configuração específica de controle sobre as relações sociais e comerciais por parte de alguns agentes, no caso, os supermercados. Todavia "o espaço dos fluxos não é a única lógica espacial de nossa sociedade, é contudo a dominante" (Castells, 2003; 504). Compreendemos a citação acima como argumento capaz de estabilizar a relação entre o sistema CEASA-RJ e os supermercados, isto é, são estruturas que se somam cujo controle dos fluxos ocorre a partir da estrutura dominante, com maior

capacidade logística, flexibilidade e adaptabilidade, ou seja, as empresas transnacionais de varejo instaladas no Brasil no contexto de expansão do modo de produção capitalista.

Tratando, portanto, de entraves e perspectivas para a agricultura familiar fluminense, pensamos em debater as questões que envolvem a sua reprodução social no viés "comercial", isto é, discutir estratégias públicas para potencializar a agricultura familiar fluminense para além da produção e para além de estratégias "empreendedoras" disfarçadas de cooperativas, buscando a ação estatal capaz de garantir a reprodução social dos agricultores familiares contribuindo para a redução da pobreza no campo, a segurança alimentar do país e a manutenção da identidade dos trabalhadores (Grisa, 2011).

Referências Bibliográficas

AROCENA, R e SUTZ, J. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no Norte e no Sul. In: LASTRES, H., CASSIOLATO, J., ARROIO, A., *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2005.

BARBOSA, R. *Fundamentos da logística e cadeia de suprimentos*. Rio de Janeiro. FGV. 2005

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANCLINI, N. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da Globalização*. 4ed. Rio de Janeiro: EditoraUFRJ, 2001.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.

CORREA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

ELIAS, D. S. Globalização e Agricultura no Brasil, *GeoUERJ*, Rio de Janeiro; UERJ, N 12. 2002.

GRISA, Catia. Papéis e Significados da Produção Familiar para Autoconsumo na Agricultura Familiar. In: O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro, ed. 100 Luz, 315 - 328. ISBN: 978-989-8448-06-4. Aveiro: Coleção Territórios da Mudança.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* . 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HELD, D. e MCGREW, A. *Prós e Contras da globalização.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

HESPANHOL, R, A. *A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente*. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

HUMBERT, M. Globalização e glocalização: problemas para países em desenvolvimento e implicações para políticas supranacionais, nacionais e subnacionais. In: LASTRES, H., CASSIOLATO, J., ARROIO, A., *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2005.

IANNI, O. O mundo Rural. In:. *A Era do Globalismo*. Civilização Brasileira, 1996

JOHNSON, B; LUNDVALL, B. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, H., CASSIOLATO, J., ARROIO, A., *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2005.

NAVES, Flávia. Construção, subversão e submissão: reflexões sobre estratégias de acesso ao mercado adotadas por agricultores familiares agroecológicos. In: SECRETO, M., CARNEIRO, M. e BRUNO, R. *O Campo em Debate: terras, homens, lutas. Seropédica, EDUR, 2008.*

PIZZOLATTI, R. L. Globalização e a pequena produção integrada. In: *GEOSUL*, Florianópolis, v 11, nº 21/22, 1996.

RAFFESTIN, Cl. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília

França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp. 2004. 384p.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.